



**Relatório da 8.^a reunião do Grupo de
Trabalho sobre o Futuro do Acordo
Internacional do Café
2 setembro 2020**

Item 1:	Adoção da ordem do dia	2
Item 2:	Relatório da 7. ^a reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 24 de junho de 2020	2
Item 3:	Comunicação recebida do Governo do Brasil	2
Item 4:	Futuro do Acordo Internacional do Café	4
Item 5:	Próximas etapas	13
Item 6:	Outros assuntos	13
Item 7:	Data da próxima reunião	13

1. O Grupo de Trabalho sobre o Futuro do Acordo Internacional do Café (GTFA) reuniu-se pela oitava vez em 2 de setembro de 2020. A Presidente, Sr.^a Stefanie Küng, da Suíça, deu as boas-vindas a todos os participantes e agradeceu aos delegados pelo esforço e cooperação de trabalharem virtualmente. Ela recordou aos Membros que esse era o primeiro dia da semana da sessão do Conselho e das reuniões correlatas e que havia muito trabalho pela frente.

2. Com uso do software do Zoom, representantes dos seguintes Membros estavam participando: Brasil, Burundi, Camarões, Colômbia, Côte d'Ivoire, Cuba, El Salvador, Equador, Etiópia, Federação Russa, Filipinas, Gabão, Guatemala, Honduras, Índia, Indonésia, Japão, Madagascar, Maláui, México, Nepal, Nicarágua, Papua-Nova Guiné, Peru, Quênia, República Democrática do Congo, Serra Leoa, Suíça, Tanzânia, Togo, Uganda, União Europeia e Vietnã.

Item 1: Adoção da ordem do dia

3. A ordem do dia que figura no documento [WGFA-41/20](#) foi adotada.

Item 2: Relatório da 7.^a reunião do Grupo de Trabalho, realizada em 24 de junho de 2020

4. A Presidente apresentou um resumo do trabalho do GTFA até o momento, concentrando-se em particular no relatório da última reunião, que figura no documento [WGFA-40/20](#).

5. Ela informou ao Grupo de Trabalho que a 7.^a reunião do GTFA havia girado em torno de quatro temas: (1) Objetivos da OIC; (2) Funções da OIC; (3) Parceiros necessários para implementar o AIC; (4) Recursos necessários para implementar o AIC; e (5) Estrutura para a definição de políticas.

6. O Grupo de Trabalho tomou nota do relatório.

Item 3: Comunicação recebida do Governo do Brasil

7. A Presidente notou que, no preparo da reunião, a comunicação que se reproduz no documento [WGFA-42/20](#) fora distribuída aos Membros por solicitação do Governo do Brasil. Pedira-se aos Membros que apreciassem o que o Brasil propunha. Ela convidou o delegado do Brasil a comentar.

8. O delegado do Brasil notou que o documento fora elaborado pelos principais líderes do setor privado brasileiro e aprovado pelo Ministério da Agricultura e o Ministério das Relações Exteriores. Ele afirmou que a posição do Brasil era delineada com clareza nas comunicações acerca da renovação e das etapas futuras da Organização. Ele acrescentou que, se aprovada, a prorrogação de um ano daria mais tempo para discutir não só a comunicação, como também o documento redigido pela Secretaria, o modelo da UIT e outros tópicos importantes. Concluindo, ele afirmou que participaria entusiasmado de uma nova OIC com o propósito de fortalecer toda a cadeia de valor do café.

9. O Diretor-Executivo resumiu o conteúdo da comunicação do Brasil e notou que ela se dividia em quatro seções. Com respeito à seção relativa a Estatística, ele notou que, desde o começo de seu mandato, a renovação da capacidade estatística da OIC fora prioritária. O início do processo de renovação fora a reestruturação do quadro do pessoal envolvido, seguindo-se pelo estabelecimento de um novo banco de dados, a ser lançado em breve. Com respeito à promoção do consumo global de café, ele notou que a OIC já se engajava no Dia Internacional do Café, contando com importante apoio de associações e empresas do setor privado (por exemplo, a All Japan Coffee Association e a illycaffè). Ele acrescentou que a OIC preparara novos Termos de Referência para a revisão do Guia Detalhado para Promoção do Consumo de Café nos Países Produtores, que seriam apresentados ao Conselho no decurso da semana à frente. Ao concluir, ele pediu esclarecimentos sobre o ponto suscitado pelo Brasil quanto a capacitação para a "resolução de disputas", acrescentando que o documento era ambicioso e externando dúvidas quanto à disponibilidade de recursos para essa atividade no curto prazo.

10. O delegado do Brasil respondeu que o setor privado no Brasil queria mais da Organização. Ele notou que o documento era de natureza muito geral, mas poderia ser usado como base para discussões. Ele deu um exemplo, afirmando que o setor privado no Brasil se preocupava com medidas protecionistaistas tomadas unilateralmente. Este assunto poderia ser discutido dentro da Organização, com o setor privado presente. Ele notou que a OIC deveria ser um ponto focal para os negócios e para o setor privado. O setor privado, portanto, deveria ser integrado no próximo Acordo.

11. O delegado da Indonésia enfatizou que a proposta seria uma peça importante para orientar as discussões no futuro. A Indonésia concordava com a maior parte dos pontos suscitados no documento. Ele compartilhava a opinião de que era necessário reestruturar a OIC e torná-la mais eficiente e dinâmica. Ele mencionou que uma mudança para "inteligência de negócios" seria relevante para os Membros. A delegação da Indonésia também pedia que se esclarecesse o papel da OIC na "resolução de disputas".

12. O delegado do Brasil afirmou que a delegação brasileira prepararia um documento escrito com alguns esclarecimentos sobre "resolução de disputas", que poderia ser discutido na próxima reunião.

Item 4: Futuro do Acordo Internacional do Café

13. A Presidente passou ao item 4 ("Futuro do Acordo Internacional do Café"). A discussão estava estruturada no documento [WGFA-43/20](#), preparado pela Secretaria.

14. O Diretor-Executivo agradeceu à Oficial Administrativa da OIC e ao Chefe de Operações por suas contribuições coletivas e construtivas ao documento para discussão. Ele apresentou uma visão geral do documento, que contém uma análise das práticas seguidas em organismos internacionais semelhantes e um exame de duas organizações internacionais que haviam integrado o setor privado em sua organização.

15. O Chefe de Operações, em uma apresentação, pôs em relevo os principais elementos do documento. Ele notou que, na última reunião do GTFA, os Membros haviam solicitado pesquisa sobre modelos relevantes para a integração do setor privado em um Acordo Internacional do Café revisado. Segundo ele, duas agências especializadas das Nações Unidas – a Organização Mundial de Turismo (OMT) e a União Internacional de Telecomunicações (UIT) –, haviam integrado o setor privado em suas estruturas. O documento também incluía uma análise de agências irmãs da OIC (os Organismos Internacionais de Produtos Básicos), para possibilitar que se entendessem os instrumentos e processos legais necessários à integração do setor privado.

16. O Chefe de Operações discutiu o modelo adotado pela União Internacional de Telecomunicações (UIT). A UIT era uma organização intergovernamental que permitia a participação do setor privado, e este contribuía financeiramente para ela sem comprometer sua natureza intergovernamental. A UIT, à semelhança da OIC, era "específica ao setor", pois se baseava em um setor "industrial" específico, isto é, das telecomunicações. A UIT era composta por 193 Estados Membros e por Membros e Associados do Setor, que, todos, tinham obrigações financeiras para com ela. Entidades do setor privado podiam participar do trabalho da União tornando-se Membros do Setor. Os Membros do Setor, que eram integrados no processo decisório em "nível setorial", precisavam ser aprovados pelos Estados Membros e podiam participar das reuniões dos órgãos governativos como observadores. O Chefe de Operações frisou, ainda, a importância dos Associados (ONGs e outras entidades), que podiam participar em circunstâncias específicas, a convite.

17. O Chefe de Operações em seguida discutiu a Organização Mundial de Turismo (OMT) das Nações Unidas, uma agência especializada cujo funcionamento incorporava Membros do Setor Privado. Os Membros afiliados da OMT formavam uma parte integral do corpo de Membros dessa Organização e tinham status de Membros. Dos dois modelos disponíveis, o da UIT era potencialmente o mais adequado à OIC.

18. O Chefe de Operações em seguida descreveu o papel do setor privado nos Organismos Internacionais de Produtos Básicos (OIPBs). Alguns, como a OIC, reconheciam a importância do setor privado, mas apenas em um papel de consultoria/assessoria. Os OIPBs e seus Acordos governativos não consideravam o setor privado parte integral de sua estrutura administrativa, institucional ou financeira.

19. O Chefe de Operações continuou, apresentando recomendações sobre como incorporar o setor privado (entidades ou organizações desvinculadas de governos) em um novo Acordo Internacional do Café, como Membros com obrigações financeiras.

20. O Chefe de Operações observou que os Membros precisavam decidir sobre o seguinte:

- (a) **Definição da OIC:** Uma definição da OIC, confirmando sua natureza intergovernamental e mencionando de que maneira os Estados Membros e os Membros do Setor cooperariam para alcançar os propósitos da Organização, seria aconselhável.
- (b) **Objetivos do AIC:** Os objetivos/propósitos do AIC deveriam ser emendados, não só para proporcionar "um fórum para consultas sobre questões cafeeiras entre Governos", como o AIC já estabelece em seu Artigo 1.º, mas também para se empenhar em "*promover e fortalecer a participação de entidades e organizações nas atividades da Organização e promover de modo frutífero a cooperação e a parceria entre elas e os Estados Membros, contemplando a realização dos objetivos encarnados nos propósitos da Organização*".
- (c) **Definição de Estados Membros e Membros do Setor:** O novo AIC deveria proporcionar uma definição clara tanto de Estados Membros quanto de Membros do Setor.
- (d) **Diretos e obrigações:** O novo AIC precisaria definir clara e separadamente os direitos e obrigações tanto dos Estados Membros quanto dos Membros do Setor, ao mesmo tempo que reservando os direitos de voto apenas aos Estados Membros.
- (e) **Processos de admissão/retirada dos Membros do Setor Privado:** A OIC precisaria considerar se desejava admitir entidades e organizações do setor

privado somente dos Estados Membros ou também de não membros. Um processo de admissão dos "Membros do Setor" dos estados não membros precisaria ser estabelecido. Um processo para sua retirada precisaria ser igualmente estabelecido.

- (f) **Associados:** A OIC deveria considerar a admissão de Associados e delinear seus direitos e obrigações, bem como o processo de admissão.
- (g) **Obrigações financeiras do setor privado:** A maneira como o setor privado contribuiria para as atividades da OIC precisaria ser decidida. O Chefe de Operações enfatizou que o setor privado já vinha contribuindo para a Força-Tarefa Público-Privada do Café (FTPPC).
- (h) **Benefícios para o setor privado:** A OIC precisaria revisar os benefícios de aderir à Organização, a fim de atrair o setor privado e incentivar sua participação e justificar suas contribuições financeiras à OIC.

21. O Chefe de Operações concluiu dizendo que, para incorporar o setor privado com obrigações financeiras na revisão do AIC de 2007, emendas e disposições precisariam ser introduzidas tanto no Acordo quanto no Regulamento de Finanças e Disposições Financeiras da OIC, ao mesmo tempo que assegurando a preservação do caráter intergovernamental da Organização.

22. O delegado do Brasil se congratulou com a Secretaria por apresentar um documento importante e objetivo. Ele concordava em que o modelo da UIT poderia ser adaptado à OIC, com pequenos ajustes a serem discutidos em data posterior. Além do setor privado, a OIC deveria incorporar o chamado terceiro setor, que consiste em organizações que representam a sociedade civil, para tratar de questões relacionadas com a sustentabilidade social, ambiental e econômica. A incorporação da sociedade civil garantiria o empenho da cadeia de valor para com a sustentabilidade. O delegado do Brasil também concordava em que era necessário incluir institutos de pesquisa e o mundo acadêmico, e em que a OIC deveria preservar seu caráter intergovernamental. Ele observou que o Acordo Internacional do Café fora redigido há 60 anos, e que era tempo de atualizá-lo facultando a participação do setor privado.

23. O delegado da Colômbia se congratulou com a Secretaria por seu trabalho, especialmente pelas recomendações de integrar o setor privado na OIC. Ele concordava em que a OIC deveria manter seu caráter intergovernamental. Ele notou que os Estados Unidos eram o maior mercado mundial para o consumo de café e que, por conseguinte, o setor privado de estados não membros deveria ser incorporado. Ele concordava com o delegado do Brasil em que a sociedade civil deveria ter seu lugar na Organização.

24. A delegada da União Europeia agradeceu à Secretaria pelo documento. Ela ainda não havia consultado os Estados Membros e, portanto, só expressava suas reações pessoais. Ela mostrou-se agradecida pela racionalização, o reforço de funções e a ênfase na eficiência. Preocupava-a o fato de que o modelo da UIT representava uma mudança de grandes proporções e, por isso, exigiria tempo considerável para ser processado por todos os Estados Membros da UE. Notando que havia outras maneiras de integrar o setor privado, ela deu o exemplo do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), uma plataforma internacional e intergovernamental inclusiva de que também participam a sociedade civil o setor privado¹, mas sem obrigações financeiras.

25. O delegado do México agradeceu à Secretaria pelo documento, que era uma base importante para discussões. O México concordava em princípio com seus elementos, fundamentais para a modernização da Organização, em primeiro lugar por incluírem o setor privado com obrigações financeiras e integrarem a sociedade civil, e em segundo lugar por reduzirem custos e tornarem a Organização mais eficiente. O México enfatizou que deveria reduzir-se o número de comitês a dois, e que o Conselho deveria reunir-se uma vez por ano. O sistema de votação deveria ser revisado para refletir novas realidades. A adoção do modelo da UIT criaria uma relação mais forte com todos os parceiros, melhorando o âmbito da OIC, mas requeria mais discussões.

26. Os delegados de Honduras e do Peru concordavam em que a participação do setor privado era muito importante.

27. O delegado da Indonésia declarou que a integração do setor privado de forma nenhuma deveria alterar a estrutura e a natureza da OIC como organização intergovernamental. A adoção do modelo da UIT seria uma solução para melhorar a situação difícil que a OIC enfrentava. O papel e a função do setor privado deveriam ser limitados a aconselhar, e o setor privado deveria ser obrigado a fazer contribuições financeiras para a sustentabilidade da Organização. A estrutura para a formulação de políticas do novo AIC ser racionalizada, a fim de reduzir custos e tornar a Organização mais eficiente – realizando menos reuniões anuais, amalgamando as funções dos atuais comitês e usando plataformas on-line.

28. O delegado da Federação Russa disse que apoiava a integração do setor privado na OIC. Ele notou que havia outras maneiras de integrar o setor privado (tais como fundos fiduciários, contribuições voluntárias, financiamento de projetos, etc.) sem

¹ *Setor privado representado através de associações do setor privado e fundações filantrópicas privadas.*

introduzir uma nova categoria de membros. Precisava-se encontrar o equilíbrio correto entre os Estados Membros, a Organização e o setor privado. Seria necessário construir apoio entre os Estados Membros para uma mudança tão significativa no mandato da Organização.

29. A delegada da Nicarágua disse que seu país possuía experiência em trabalho conjunto dos setores público e privado na formulação de políticas nacionais. O documento era uma contribuição importante, mas requeria mais discussões. Ela defendia a necessidade de avaliar o valor agregado da integração do setor privado entre os Membros, que constituiria uma mudança significativa e precisava ser totalmente justificado.

30. O delegado da Colômbia afirmou que concordava com a Nicarágua. Ele acreditava que os delegados deveriam reportar-se à História e pensar sobre como e por que a OIC nascera. A Organização fora criada para apoiar o elo mais fraco da cadeia de valor, o produtor de café. O apoio da Colômbia à OIC era firme; a OIC, contudo, não existia para si mesma, mas para seus Membros. A Organização existia para promover e apoiar a sustentabilidade da cadeia de valor do café. Ele sugeriu concentração na agregação de valor à cadeia nos países produtores e consumidores, a fim de atrair o setor privado. Ele notou que a OIC tinha um papel importante a desempenhar, a nível de políticas e governamental, mas o setor privado deveria ser envolvido para agregar valor à cadeia.

31. A Presidente disse, em conclusão, que de forma geral os Membros haviam acolhido positivamente a integração do setor privado. Algumas delegações apoiavam o modelo da UIT, mas outras afirmavam que mais discussões seriam necessárias. Ela pediu aos delegados que apresentassem comentários escritos, contribuindo para levar as discussões adiante.

32. O Chefe de Operações passou a uma visão geral da governança, do sistema de votação e do orçamento dos Organismos Internacionais de Produtos Básicos. O ponto principal não consistia em alinhar apenas as visões dos países produtores e consumidores, mas também as do setor privado.

33. Com respeito a direitos de voto, a maioria dos OIBPs compartilhava uma estrutura semelhante. Os votos eram de dois tipos: países produtores/exportadores e países consumidores/importadores. Essa era uma relíquia de uma era passada de regulação do mercado pelos OIPBs. Nos OIPBs, todas as decisões eram tomadas por

consenso. Somente a Organização Internacional do Açúcar e o Comitê Consultivo Internacional do Algodão não faziam distinção entre países exportadores/produtores e países importadores/consumidores.

34. O Chefe de Operações passou à determinação do orçamento. Em todos os OIPBs, as despesas necessárias para a administração dos respectivos Acordos eram cobertas por contribuições anuais dos Membros. O montante era suplementado por receitas obtidas por meio de assinaturas, organização de eventos, gestão de projetos e prestação de outros serviços.

35. Ele sugeriu seguir o exemplo de muitas agências das Nações Unidas, que dividiam o orçamento em dois pilares, o orçamento ordinário e o operacional. O orçamento ordinário baseava-se nas contribuições dos Membros, e o operacional baseava-se na receita obtida por meio de serviços prestados, contribuições extraorçamentárias voluntárias de doadores e do setor privado, etc. Os custos de pessoal e outros recursos eram divididos entre os orçamentos ordinário e operacional. Isso, por um lado, criava maior flexibilidade mas, por outro, também incerteza, pois o orçamento operacional dependia da geração de receitas externas.

36. Com respeito à distribuição de votos, o Chefe de Operações questionava se a atual divisão dos Membros entre exportadores e importadores ainda refletia tanto a realidade do setor cafeeiro quanto um enfoque centrado na cadeia de valor. A aplicação de esquemas alternativos para o cálculo dos votos e/ou contribuições e comparações com o atual esquema da OIC exigiria mais investigação, com base no interesse dos Membros. Ele notou que a passagem para um novo sistema de votação/contribuição geraria "ganhadores" e "perdedores"; assim, uma análise minuciosa das implicações era necessária.

37. O Chefe de Operações notou que a OIC tinha a estrutura mais complexa de governança de todos os OIPBs. O documento propunha mudanças, tais como: só realizar uma sessão do Conselho por ano; estender o mandato do Presidente e do Vice-Presidente para dois anos, para tirar proveito de sua experiência; fundir os Comitês de Estatística, Projetos, Economia e Desenvolvimento de Mercado em um único Comitê "de Economia"; dar mais ênfase a padrões, avaliação de observância e regulamentos; e basear-se na experiência da Força-Tarefa Público-Privada do Café. A Junta Consultiva do Setor Privado seria mantida e se reuniria uma vez por ano.

38. Ele concluiu exibindo um gráfico em PowerPoint que mostra a atual estrutura de governança da OIC e outro com recomendações relativas a um novo AIC.

39. A Presidente notou que nem todos os elementos precisavam ser incluídos no Acordo. Algumas decisões poderiam ser tomadas por decisão do Conselho. Ela, então, pôs a palavra à disposição dos delegados que desejassem fazer comentários.

40. O delegado do Brasil notou que o documento propunha mudanças importantes, mas ainda se tinha um ano pela frente para progredir e alcançar os resultados que os Membros desejavam. Ele sugeriu distribuir um questionário aos Membros, para avaliar suas posições sobre temas como a visão de cada um do papel da OIC e formas de integrar o setor privado no trabalho da Organização. Ele apreciaria a inclusão da presença da Força-Tarefa Público-Privada e da JCSP na estrutura revisada da Organização, com somente dois comitês. Essa seria uma maneira mais austera e eficiente de organizar a OIC.

41. A Presidente sugeriu que, se os Membros concordassem quanto a uma vasta gama de recomendações, a Secretaria redigisse um novo Acordo, que poderia ser usado como base para a próxima reunião. Ela também concordava com a sugestão de distribuir um questionário alusivo à estrutura de governança da Organização.

42. A delegada da União Europeia questionou a maneira de ir adiante que se propunha, pois mais consultas ainda eram necessárias. Outros modelos precisavam ser examinados. As questões correlatas da votação e das contribuições requeriam atenção cuidadosa dos Membros, que precisariam consultar suas capitais. Ela pediu que a apresentação em PowerPoint fosse compartilhada com os Membros da UE, com uma lista das opções para decisões. Era demasiado cedo para redigir o novo Acordo.

43. O delegado da Federação Russa disse que concordava com a União Europeia. Ele enfatizou a importância de compreender os elos entre estrutura, governança, contribuições e função. Antes de decidir quanto a um modelo, os Membros deveriam avaliar se apoiavam a distribuição de votos e contribuições. Com respeito à racionalização, ele julgava a tarefa importante em termos da reestruturação dos comitês, mas as mudanças das funções precisavam primeiro ser discutidas. O acréscimo de funções normativas à OIC seria uma alteração importante e suscitava muitas perguntas, inclusive quanto à composição do quadro de Membros. Ele frisou a necessidade de incluir as principais partes interessadas.

44. O delegado do México disse que concordava em princípio com a estrutura sugerida, mas que ela exigia mais análise. Ele também concordava em que a atual divisão entre importadores e exportadores não refletia a realidade atual. No México, 2,8 milhões de sacas eram exportadas e 2 milhões importadas. O uso do total do comércio, por conseguinte, seria um reflexo mais verdadeiro da realidade.

45. O delegado da Indonésia notou que seu país enviaria comentários mais tarde, depois de mais estudo do documento. A Indonésia não tinha objeções a que se fortalecesse a OIC para servir aos interesses de seus Membros. Ele frisou a importância de estruturar a discussão para permitir a participação inclusiva de todos os Membros.

46. A delegada do Peru disse que concordava com o Brasil quanto à necessidade de fortalecer a Organização. Ela sugeriu que se preparasse um documento com diferentes propostas dos Membros, para avaliação.

47. A Presidente resumiu a discussão: os Membros concordavam em que mais consultas a suas capitais eram necessárias, solicitavam que mais informações fossem disponibilizadas pela OIC e que um questionário fosse preparado, com propostas para orientar discussões ulteriores. Ela convidou o Diretor-Executivo a comentar.

48. O Diretor-Executivo disse que concordava com a necessidade de examinar um conjunto mais amplo de opções para a integração do setor privado, tais como as adotadas pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) ou a Organização Marítima Internacional (OMI). Com respeito à estrutura de governança, parecia haver pouca divergência entre os Membros. Este aspecto, portanto, poderia ser objeto de uma sondagem, com várias perguntas acerca da estrutura e dos comitês. Ele notou que o Conselho prorrogaria o Acordo, mas que um ano passa muito depressa. Outra sugestão seria criar um pequeno grupo de redação e tentar avançar nessa base.

49. O delegado de Honduras disse que compartilhava as opiniões do Diretor-Executivo. Ele concordava com a proposta do Brasil de que a OIC distribuísse uma sondagem com ideias preliminares. A criação de um pequeno grupo de redação poderia ser útil para o avanço das discussões.

50. O delegado da Colômbia disse que compartilhava os sentimentos mistos externados. O questionário levaria tempo considerável e poderia não beneficiar a Organização. No entanto, a ideia de ter um pequeno grupo de redação poderia ser mais eficaz. Ele sugeriu que os Membros apresentassem propostas, reunindo-as em um lugar e depois discutindo-as mais a fundo.

51. A delegada da Suíça disse que concordava com a ideia de um pequeno grupo de redação.

52. O delegado do México disse que concordava com o Diretor-Executivo e com os delegados da Colômbia e da Suíça quanto à criação de um pequeno grupo de redação. Esse processo poderia ser útil para tornar a discussão mais concreta.

53. A delegada da União Europeia era a favor de todas as opções, incluindo a sondagem, o grupo de redação e a distribuição dos slides em PowerPoint. Ela solicitou à Secretaria que também incluísse os resultados da última reunião da Força-Tarefa nos slides em PowerPoint, para que os Membros pudessem avaliar e decidir sobre o modelo de governança mais apropriado. Ela disse que concordava em que uma sondagem era ideal em relação à estrutura de governança, mas que os Estados Membros deveriam poder acrescentar comentários textuais.

54. O delegado de Papua-Nova Guiné afirmou que não se havia alcançado consenso sobre formas de integrar o setor privado. Ele sugeriu que, antes de organizar um pequeno grupo de redação, os Membros se pusessem de acordo sobre como o setor privado deveria ser envolvido na Organização. Ele também questionava a praticidade e a produtividade de um pequeno grupo trabalhando on-line. Ele sugeriu examinar modelos alternativos antes de estabelecer um grupo de redação.

55. A Presidente resumiu a discussão: a primeira opção era pedir à Secretaria que enviasse a apresentação em PowerPoint, com a estrutura de governança, o modelo da UIT e os resultados da Força-Tarefa. Além disso, ela solicitou aos Membros que enviassem suas reações às discussões da reunião em curso. Ela também encarregou a Secretaria de preparar uma sondagem sobre a estrutura de governança. Os Membros voltariam a se reunir numa data futura para discutir os resultados da sondagem e as reações. Um pequeno grupo de redação seria criado posteriormente.

56. O delegado do Brasil disse que concordava com a sugestão da Presidente e enfatizou a importância de incluir na sondagem perguntas em aberto sobre o modelo da UIT e o papel do setor privado.

57. O Diretor-Executivo disse que concordava com as sugestões da Presidente. Ele comentou que o documento para discussão figurava na ordem do dia da reunião da Junta Consultiva do Setor Privado agendada para a semana à frente, dando ao setor privado a oportunidade de externar suas opiniões. Ele separou a discussão em dois caminhos, (1) manter as coisas como estavam com certas modificações e envolver o setor privado apenas em um papel de assessoria, como em outros OIPBs; ou (2) uma integração mais ampla do setor privado, para a qual poucos modelos existiam, exceto os da UIT e da OMT.

A sondagem teria de ser exata, pois perguntas em aberto às vezes ficavam sem resposta. O Diretor-Executivo pensava que seria melhor concentrar a sondagem em perguntas objetivas, com algum espaço para respostas qualitativas.

58. A Presidente, resumindo, disse que a OIC solicitaria reações de seus Membros para dispor de mais elementos para discussão.

Item 5: Próximas etapas

59. O Diretor-Executivo sugeriu dar mais tempo para digerir as propostas que haviam sido feitas. A Secretaria distribuiria os documentos da Força-Tarefa e o arquivo em PowerPoint apresentado pelo Chefe de Operações. A sondagem também seria enviada aos Membros.

Item 6: Outros assuntos

60. A discussão de outros assuntos não foi solicitada.

Item 7: Data da próxima reunião

61. A Presidente notou que a próxima reunião seria em 1.º de dezembro de 2020.